

# Queremos um valor honesto

LOURDES CALAINHO

**D**iante da retaliação que os nossos salários vêm sofrendo com os sucessivos aumentos no custo de vida, os reajustes escolares nos pegaram de surpresa. Afinal, fomos informados pelo Ministro da Educação que o primeiro semestre de 1987 já estava definido desde janeiro.

Somos colocados, tal qual meros espectadores, diante das discordâncias entre o Conselho Estadual de Educação e os proprietários das escolas. Ambos desrespeitam a portaria ministerial e esperam que deste acordo defina-se uma receita adicional com a qual nós teremos, inespereadamente, que arcar.

Acreditamos que o centro da polêmica fica a cargo do autoritarismo com que os colégios vêm agindo, inclusive usando de má-fé, no que diz respeito à "interpretação" da legislação vigente.

A grande maioria das escolas, através de suas circulares, alega, en-

tre outras coisas, ser o Curso Pré-Escolar livre para aumentos, quando sabemos que esta liberdade apregoa-da não confere com o decreto federal que determina a negociação. Livres sim, mas para junto com os pais, que são a fonte de renda das escolas e, portanto, parte interessada e legitimamente competente, concluir por aumentos que atendam às necessidades dos colégios e sejam compatíveis com as possibilidades dos pais.

Cada vez é maior o número de pais que passaram a atentar para o poder que exercemos sobre estes estabelecimentos. É através das mensalidades dos nossos filhos que as escolas arrecadam os recursos para seu funcionamento. Estamos acordando para a nossa condição que, junto aos proprietários dos colégios e aos professores, estabelece o triângulo de sustentação para tais instituições.

Desejamos que haja negociações para evitar, assim, novos impasses em resoluções que não consideramos de direito, já que só fomos pressionados a pagar.

As Associações de Pais estão surgindo em muitos colégios, para que possamos abrir um canal de negociação legítimo, que vem sendo sistematicamente fechado pelos empresários do ensino.

Nós não nos negamos a pagar, apenas queremos um valor honesto. Para que isto aconteça, creio estar na hora de os donos dos estabelecimentos de ensino abrirem mão dos lucros exorbitantes que datam de tão longe e participarem efetivamente da melhoria do ensino, pagando salários dignos aos seus professores, sem desrespeitar o acordo estabelecido entre escola e pais no ato da matrícula.

Espero que esta polêmica sacuda o País neste momento de uma nova Constituição, para que, com este grito, Brasília acorde para a Educação e definam-se os rumos, mais justos e democráticos, do Ensino no Brasil.

---

Lourdes Calainho é mãe de três filhos, alunos da Escola Integrada do Leme.

---